
Modos e dinâmicas de exclusão social em contexto urbano e periurbano

Eduardo Vítor Rodrigues¹

Resumo

A presente comunicação tem o seu objecto empírico de estudo os beneficiários de políticas sociais, em concreto do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), tendo como campo empírico um município da Área Metropolitana do Porto (AMP).

Esta área de investigação das ciências sociais tem uma importância decisiva na compreensão dos processos de coesão social (Frégné, 1999), nas dinâmicas de vulnerabilização, de estigmatização e de exclusão (Gough e Olofsson, 1999) e nos modos e impactes das políticas sociais (Roche e Berkel, 1997; Olivier e Barnes, 1998). Não obstante o mérito das análises realizadas a nível nacional (Fernandes, 1991; 1995; Almeida, et. al., 1992; entre outros) e o grande manancial de investigações relativamente a políticas sociais e a grupos sociais vulneráveis, revela-se de grande importância uma abordagem sistematizada sobre os processos de construção e reconstrução de identidades sociais (excluídas ou vulnerabilizadas) em situação de benefício concreto de uma medida de política social como o RMG. A este nível, o caso português tem relevantes especificidades - a análise comparativa internacional está sempre presente -, cuja análise pode ser um importante contributo para o campo. Esta especificidade resulta da recente criação do RMG e da generalização deste instrumento de política social.

Assume-se o princípio teórico partilhado por vários investigadores da área (Blanquart, 1997; Delarue, 1991; Musy, 1996; Rosanvallon, 1995), segundo o qual os processos de localização habitacional, nomeadamente a localização induzida por políticas (públicas) sociais, assim como o efeito de localização das habitações sociais nas periferias urbanas concorrem para promover uma ocupação diferenciada do espaço físico e social (Pizánias e Frideres, 1995) e para potencializar processos de vulnerabilização e de exclusão social - numa lógica de territorialização dos processos de exclusão e dos modos de vida e práticas simbólicas (Rodrigues, et al., 1999a). Assim sendo, o presente Projecto pretende promover um aprofundado estudo sobre os beneficiários do RMG, quer no que respeita à sua caracterização, quer no que respeita à análise dos modos de vida e das práticas simbólicas e ideológicas específicas. Esta especificidade, contribuindo para alguma homogeneidade de comportamentos e de valores, propicia, paralelamente a processos de "estigmatização" (Le Monde - ver), de "desafiliação" (Castel, 1991), a emergência de mecanismos de "fechamento" e de isolamento social, de "relegação" (Delarue, 1991) estigmatizando os espaços físicos e sociais em estudo - já pouco valorizados pela ausência de equipamentos e de serviços públicos - e estigmatizando e vulnerabilizando os actores sociais em presença - procedendo a uma análise do quotidiano destes actores sociais, incluindo as dimensões relacionadas com os consumos, com a ocupação dos tempos de vida e com as representações desses mesmos tempos (Bourdieu, 1993).

Serão ensaiadas relações analíticas a partir da noção de exclusão social, com referência à análise dos "recursos" (Traub e Little, 1994), dos processos de vulnerabilização e de estigmatização, dos modos de vida, das práticas simbólicas e das representações sociais dos actores beneficiários do RMG. Procurar-se-á contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos na área e alargar conhecimentos sobre os processos de vulnerabilização social de grupos com presença cumulativa de handicaps. Ao mesmo tempo, procurar-se-á ensaiar um modelo analítico sobre as representações sociais dos indivíduos em processo de "desafiliação", assim como sobre as eventuais alterações dos modos e práticas ideológicas e simbólicas dos actores sociais em estudo, testando a noção de "dupla hermenêutica" (A. Giddens).

¹ Assistente da FLUP

As estruturas da modernidade encerram em si próprias grandes dualismos. Tais formas de pobreza e de exclusão social têm propensão para se manifestar e se perpetuar por modos de vida específicos, que tendem a torná-los estruturais e substancialmente duradouros, constituindo-se num fundamental campo de análise sociológica.

A localização selectiva das camadas sociais no espaço urbano corresponde a formas de ritualização e de apropriação distintivas do próprio espaço urbano (Bader, 1997; Roche e Berkel, 1997). Desinseridos do espaço físico urbano, os indivíduos não chegam a viver uma inserção no espaço social urbano (Fernandes, 1992; Mingione, 1996). Desta forma, assume uma importância acentuada a forma como as pessoas são distribuídas no território, nomeadamente através de intervenções relacionadas com as políticas sociais. Esta intervenção pode gerar, não raras vezes, processos de segregação espacial e de consequente exclusão dos circuitos “normais” societais (Castel, 1991); a exclusão territorial pode ser um factor decisivo de exclusão social, entendida em sentido mais amplo (Blanquart, 1997; Tebib, 1996; Vieillard-Baron, 1996).

Assim, para compreender a formas de entrada e manutenção nos mecanismos de exclusão social, importará apreender as características, os processos e os modos de vida específicos de exclusão social em contexto urbano (Bourdieu, 1993; Fernandes, 1995), como forma específica e com autonomia analítica do ponto de vista da investigação social.

Da mesma forma, assume particular importância a análise dos discursos e das representações dos actores sobre o RMG a partir da noção de “dupla hermenêutica” (A. Giddens), em ordem a perceber se as próprias representações dos actores podem já incorporar predisposições que advêm do que já tem vindo a ser produzido pelos discursos político e científico.

A exclusão social não é um conceito passível de, por si só, aglutinar formas totalmente diversas de debilidades estruturais de integração social. Nas periferias urbanas encontramos formas específicas de exclusão, nomeadamente resultantes de políticas de habitação e de localização orientadas no espaço e induzidas por políticas sociais, quer como resposta às condições de vida das pessoas (habitação e equipamentos nas zonas envolventes), quer como resposta ao acentuado aumento populacional que as periferias têm vivido, resultante de movimentos imigratórios estruturais (Bader, 1997; Todd, 1994).

As zonas periféricas metropolitanas tendem, cada vez mais, a constituírem-se como locais privilegiados de concentração de massa populacional migrante (referidas a migrações internas), desenraizadas e sem grandes sentimentos de pertença simbólica (Rodrigues, 1997). Assim, a exclusão social periurbana deve ser entendida como um sintoma de um estado de “des-socialização” (Paugam, 1991), associada e agravada pela “desafiliação” que, pelo desenraizamento e pela atomização, separa o indivíduo do grupo, dissociando os sujeitos das instituições, muitas das vezes em contexto de “consentimento mútuo”, resultado de uma constatação implícita de que os seus estatutos são estranhos entre si (Rosanvallon, 1995).

A análise dos processos de segregação e de especialização do espaço contribuem para a percepção de alguns dos factores de exclusão social, naquilo que respeita às suas origens. No entanto, analisar os processos de entrada, manutenção e perpetuação em situação de exclusão social passará fundamentalmente por perceber muitos dos aspectos específicos e estratégicos que só uma análise dos modos de vida dos excluídos nos pode fornecer (Oliver e Barnes, 1998). Assim, *«não faz qualquer sentido tentar apreender os excluídos como uma categoria. São os processos de exclusão que importa ter em conta. (...) O importante é, em primeiro lugar, analisar bem a natureza das trajectórias que conduzem às situações de exclusão...»* (Rosanvallon, 1995: 202). É, pois, nossa intenção teórica e empírica proceder à análise dos caminhos, das estratégias e dos modos de vida postos em prática pelos sujeitos e que influenciam a sua entrada, manutenção e perpetuação ou a sua fuga às rotas da exclusão social. Pretendemos analisar os processos, mais do que as características. Pretendemos clarificar contextos, mais do que aglutinar artificialmente os indivíduos em grupos estatísticos.

A pobreza e a exclusão social têm sido, na maior parte dos casos, explicadas a partir dos sujeitos em processo ou situação de pobreza e de exclusão social. Esta abordagem, sendo importante e cabendo nos propósitos deste trabalho, tende a relativizar uma análise das formas,

estratégias e impactes efectivos das intervenções institucionais junto dos próprios sujeitos em processo ou situação de pobreza e de exclusão social (Loriol, 1999). Percebendo os impactes, compreender-se-ão as razões pelas quais o processo tende a perpetuar-se, independentemente da intervenção ser cada vez mais volumosa (em termos de recursos) e da instituição adquirir cada vez maior complexidade organizacional.

A apresentação do estudo terá uma componente descritiva e de caracterização, assim como concretizará toda a análise e interpretação na aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa de um município da AMP e na realização de estudos de caso que possibilitam o aprofundamento qualitativo da análise e a abordagem a aspectos fundamentais (simbólicos, representações).